



Classificação em saúde mental e biopolítica

Classification in mental health and biopolitics

Vera Portocarrero*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é destacar brevemente conceitos que, elaborados por Michel Foucault em *As Palavras e as coisas e História da sexualidade I: a vontade de saber*, contribuem para uma melhor compreensão da questão das classificações em saúde mental, em nossa contemporaneidade, permitindo aprofundar a problematização da loucura e da saúde mental. Trata-se de enfocar algumas teorias e práticas, que lhe são imanentes, entendidas às concepções de anormalidade e de transtorno mental, pensadas no escopo da normalização da vida dos indivíduos e da regulação das populações. Nossa hipótese confirmada é a de que a obra de Foucault fornece importantes ferramentas para o tema em pauta, na medida em que sua história do pensamento fornece um instrumental conceitual e metodológico original para as análises críticas nesse campo, por meio de suas pesquisas sobre as experiências da loucura, da criminalidade e da sexualidade.

Palavras-chave: Classificação. Saúde Mental. Biologia. Biopoder e Biopolítica. Psiquiatria.

* VP: Doutora em Filosofia, e-mail: veramport@gmail.com

Abstract

*The aim of this article is to detach briefly Michel Foucault's concepts elaborated in *The Order of Things* and in *The History of sexuality I*, to contribute with a better comprehension of the nowadays question of mental health classifications which contributes with a deeper view of the problematization of madness and health. Particularly some theories and its immanent practices, extended to the conceptions of abnormality and mental disorder, thought in the scope of normalization of individual's life and the regulation of populations. Our confirmed hypothesis is that Foucault's oeuvre gives us important tools to this theme, into the extent that his history of thought gives an original conceptual and methodological key for the critical analysis in this field, by means of his madness, criminal and sexuality's researches of those experiences.*

Keywords: *Classification. Mental Health. Biology. Bio-power and Biopolitics. Psychiatry.*

Introdução

O objetivo deste artigo é destacar alguns conceitos elaborados por Michel Foucault em *As Palavras e as coisas* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*, de modo a contribuir para uma melhor compreensão da questão das classificações em saúde mental, elaboradas em nossa contemporaneidade. Trata-se de fornecer rudimentos para aprofundar a problematização da noção de loucura e de saúde, tanto no nível da teoria quanto no das práticas que lhe são imanentes, estendidas às concepções de anormalidade e de transtorno mental, pensadas no escopo da normalização da vida dos indivíduos e da regulação das populações. Coloca-se, aí, a centralidade das classificações do sofrimento psíquico, cujo aspecto crucial é, sem dúvida, a sutil fronteira que separa, ao mesmo tempo que unifica, o normal e o patológico, como se pode ver no uso, difundido internacionalmente, do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM- Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders)* e seus efeitos colaterais negativos:

Enquanto chefe da força tarefa que elaborou o DSM-IV [*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*], fiz a experiência dolorosa de como pequenas mudanças na definição dos transtornos mentais poderiam produzir consequências tão grandes quando inesperadas. Nosso grupo se esforçou em ser o mais modesto possível, mas, sem querer, contribuiu para produzir falsas “epidemias”: o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, o autismo e o transtorno bipolar da infância [...] capturando numerosos “pacientes” que não deveriam jamais entrar no sistema de saúde mental (FRANCES, 2010).

O DSM foi publicado em 1952 pela Associação Americana de Psiquiatria e passou por sucessivas revisões, sendo a mais importante a do DSM-IV, publicada em 1994, seguida pelo DSM-V do ano de 2013. Outra classificação relevante em termos de sucesso em saúde pública é a Seção de Distúrbios Mentais da Classificação Estatística *Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde* (CID — *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems/ICD*).

A introdução de novos diagnósticos discutíveis e o rebaixamento da linha de demarcação do transtorno mental aumentam a tendência a marcar, como patológicas, simples reações a situações de luto ou de estresse, produzindo novas epidemias de “falsos positivos”, com tudo o que isto envolve em termos de medicalização da vida cotidiana, de tratamento farmacológico maciço e precoce e de estigmatização (DI VITTORIO, 2014, p. 104).

O importante problema decorrente dos saberes envolvidos é a necessidade de evitar a patologização da normalidade. Apesar de o DSM ter sido considerado como o principal responsável por esta tendência, seu sucesso advém nem tanto de sua missão terapêutica, mas, antes, da expansão de sua função de gestão biopolítica das populações.

A partir de uma abordagem histórica da biopolítica, é preciso lembrar que os médicos, durante o século XVIII, se profissionalizaram no quadro das políticas de saúde pública como higienistas e terapeutas. Com a teoria da degenerescência de Morel, a psiquiatria do início do século XX já não tem como meta fundamental e exclusiva curar, uma vez que o degenerado não é definido por um estado de doença, mas por uma anormalidade hereditária e definitiva, inscrita em sua

história biológica. Ao se tornar uma tecnologia do anormal, a psiquiatria se estende numa possibilidade de ingerência indefinida e ampliada dos comportamentos humanos. Para se consolidar com legitimidade científica e com o pleno reconhecimento pela medicina, a psiquiatria absorve os progressos da epidemiologia, da genética, das neurociências, da psicofarmacologia e das ciências cognitivas, a partir de um neo-kraepelianismo (DI VITTORIO, 2014).

No Brasil, o pensamento desenvolvido por Juliano Moreira, no início do século XX, funda-se no modelo de Kraepelin com a finalidade de obter uma objetividade do mesmo tipo que a médica, por meio de seus estudos no campo da etiologia orgânica dos distúrbios mentais. A teoria da degenerescência de Morel lhe fornece uma base para que o estatuto de cientificidade pareça alcançado. A abordagem organicista, a que a psiquiatria tende a ser levada por meio do argumento da degenerescência fisiológica, é logo vista como insuficiente para a compreensão da racionalidade da loucura, do mesmo modo como foram as definições morais. Pois, há uma exigência de que se estabeleça uma integração, interna aos mecanismos das moléstias mentais, entre os elementos físico e psicológico. O método de Kraepelin se constitui num contexto teórico em que a ciência médica se faz por meio da descrição e da classificação. Descrição minuciosa dos sintomas e da evolução de diversos tipos de doença e constituição de agrupamentos que garantam um julgamento diagnóstico e prognóstico (PORTOCARRERO, 2002, p. 66).

No modelo de Kraepelin, em que se baseia o novo sistema brasileiro de assistência ao alienado, a psiquiatria dirige, no início do século XX, sua ação em dois sentidos. Primeiramente, na direção dos indivíduos a quem os psiquiatras devem assistir por meio de novas técnicas terapêuticas e preventivas, abrangendo todo louco em potencial, dirigindo-se ao desviante moral de todo tipo, aos criminosos, e ao indivíduo normal, ainda criança, que, por uma educação defeituosa, acrescida à predisposição hereditária, pode-se tornar, em um dado momento, doente mental. Em segundo lugar, na direção das instituições sociais como a escola, a família, o Estado, os dispositivos legais, psiquiatrizando-os para transformá-los em auxiliares nesta ação de

terapia e prevenção contra a loucura, que caracteriza a prática psiquiátrica no século XX (PORTOCARRERO, 2002, p. 109).

A hipótese que guia este artigo é a de que a obra de Michel Foucault permite aprofundar o tema em pauta, na medida em que sua história do pensamento fornece um instrumental conceitual e metodológico original para as análises críticas que recobrem esse campo, por meio de suas pesquisas sobre as experiências da loucura, da criminalidade e da sexualidade, analisadas em três eixos: a) como formas de correlações da formação de saberes possíveis, b) como matrizes de comportamentos possíveis; c) como modos de existência virtuais para sujeitos possíveis (FOUCAULT, 2010, p. 5). Estas experiências, analisadas do ponto de vista das noções de saber, poder, governo de si e dos outros, sujeito e verdade, são o fio condutor de retrospectivas elaboradas por Foucault em seus últimos cursos.

Nesta perspectiva, Foucault (FOUCAULT, 2010, p. 5), analisa, primeiramente, estes três eixos presentes no tema da loucura e, em seguida, cada um deles sucessivamente. Em primeiro lugar, o eixo da formação de saberes, em seus estudos de arqueologia do saber voltados para as ciências empíricas nos séculos VII-VIII, como a história natural, a gramática geral, a economia, etc., por meio da pesquisa das regras formas reguladas de verificação que constituem estes saberes (FOUCAULT, 2010, p. 6). Para tanto, segundo sua própria retrospectiva, Foucault procede, em sua trajetória, por meio de deslocamentos da história do conhecimento para a análise dos saberes e desta para a das práticas discursivas e suas regras de verificação, como desenvolve em *As Palavras e as coisas*, publicado em 1966 (FOUCAULT, 2002).

Em segundo lugar, o eixo das matrizes normativas de comportamento são objeto de seus estudos genealógicos voltados para as técnicas e os procedimentos pelos quais se empreende conduzir a conduta dos outros, colocando a questão da norma de comportamento em termos de poder como um campo de procedimentos de governo. Neste caso, a pesquisa se conduz por meio de deslocamentos da análise da norma para a dos exercícios de poder e deste para a dos procedimentos de governo, campos em que podemos inserir, como Foucault afirma (FOUCAULT, 2010, p. 6), o exemplo da criminalidade e das disciplinas

e, podemos dizer, ainda, o da sexualidade, como em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, de 1976 (FOUCAULT, 2001).

A partir do século XIX, cada vez mais, a preocupação com a cientificidade da medicina, em particular, a da psiquiatria, se manifesta em discursos considerados verdadeiros, dirigidos à ciência como verdade fundadora de intervenções sobre a vida e a morte, a saúde e a doença, o normal e o patológico, o indivíduo e a população. Tal preocupação constitui, então, estratégias variadas de crítica ao processo científico como produção de saberes e de tecnologias. Pode-se mesmo afirmar que este interesse, bem como a exigência de novas elaborações dos conceitos de norma, cérebro, mente, informação, digitalização, genética e cognição ocupam lugar de destaque nos atuais debates científicos, sociais e filosóficos, conferindo-lhes relevância renovada e permanentemente suscetível a novas reelaborações.

É nesta perspectiva que este artigo enfoca, na obra de Foucault, *As Palavras e as coisas* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*.

Classificação

Em *As Palavras e as coisas*, Foucault desenvolve a pesquisa da formação dos saberes do homem por meio de uma arqueologia das ciências humanas e da dimensão antropológica da filosofia na modernidade. Aí, ele traça uma história das ciências empíricas e sua relação com a filosofia, com base no estudo da constituição, no século XIX, da biologia, da economia política e da filologia.

Esta relação é detalhadamente analisada e já aparece, até certo ponto, em sua arqueologia da medicina, na qual as ciências empíricas são ligadas à concepção de conhecimento em Descartes, como vemos em *O Nascimento da clínica* (FOUCAULT, 1977), publicado pouco antes de *As Palavras e as coisas*. É importante lembrar este livro devido à análise do modo como, na modernidade, o corpo doente apresenta-se como uma forma de vida, a patológica, que se constitui como um desvio interno da vida. Foucault mostra que é somente ao afastar-se da medicina clássica da representação, medicina das espécies ideais,

que a medicina moderna se forma, tornando-se o primeiro tipo de conhecimento sobre o indivíduo doente. Os fenômenos patológicos são analisados, na época clássica, como entidades ideais a serem classificadas de acordo com o modelo botânico ou zoológico, e aparecem, na modernidade, como uma realidade corpórea, com vida e que precisa ser investigada a partir dos modelos da anatomia e da biologia. É assim que se torna, de acordo com Foucault, mas também com Georges Canguilhem e François Jacob, o primeiro tipo de conhecimento empírico da doença no indivíduo concreto. Torna-se, ainda, um dos primeiros saberes a relacionar o homem com seu corpo e, ao mesmo tempo, com sua finitude originária — a doença e a morte. Pois, aos olhos da modernidade, a vida do homem se manifesta primeiramente, a partir do homem morto, da localização da morte no corpo do homem. Há, assim, uma anterioridade da morte em relação ao conhecimento da vida, do mesmo modo que o conhecimento do patológico é anterior e condição de possibilidade da noção de vida em seu estado normal, com seus fenômenos orgânicos e suas perturbações.

Em *As Palavras e as coisas*, a noção moderna de vida surge como uma das condições de possibilidade do aparecimento da biologia no início do século XIX. A aparente ou quase continuidade entre as ideias e os temas da história natural e da biologia é considerada um efeito de superfície do nível arqueológico. Foucault traça uma descontinuidade entre o estudo dos seres vivos e o da vida. Esta corresponde a uma mutação profunda e maciça no sistema de conhecimento, envolvendo o espaço geral do saber, que aponta uma coerência interna entre a teoria clássica da representação e a teoria da língua, a das ordens naturais e a da riqueza e do valor. Esta coerência permite delimitar a configuração do saber da época clássica, situando todos os saberes — linguagem, ciências e filosofia — num só nível de conhecimento, o da representação.

Foucault analisa o pensamento cartesiano, particularmente sua obra *Regulae*, identificando-o com uma nova concepção de saber, o clássico, quando o conhecimento deixa de ser uma busca de semelhanças para se tornar uma relação de ordenação entre ideias. Ele aponta em Descartes e a partir dele, não só o fundamento da matemática e da física, mas, sobretudo, o da história natural, da análise das riquezas e

da gramática geral. No nível arqueológico, na época clássica, não há distinção entre os saberes científicos e a filosofia. Todos são analíticos e se passam no plano da representação, cujos objetos são as representações a serem ordenadas, nomeadas e classificadas. A diferença é apenas de amplitude.

Descartes representa a novidade do pensamento na época clássica, ao universalizar o ato da comparação, afirmando que todo conhecimento obtido pela comparação de duas ou várias coisas entre si depende, em última instância, da ordem. No cartesianismo, segundo Foucault, existem duas formas de comparação: a da medida e a da ordem. Podemos medir grandezas ou multiplicidades, grandezas contínuas ou descontínuas; mas, nos dois casos, a operação de medir supõe que consideremos, antes demais nada, o todo e que o dividamos em partes. Compará-las exige uma unidade comum.

Quanto à ordem, ela se estabelece, no cartesianismo, sem referência a uma unidade exterior, uma vez que só se conhece a ordem das coisas na natureza isoladamente para que possamos aceder, de forma necessária, e por graus, às coisas mais complexas. Enquanto a comparação pela medida exige, primeiramente uma divisão, depois, a aplicação de uma unidade comum, a comparação pela ordem é um ato simples, que permite passar de um termo a outro e, em seguida, a um terceiro, e assim sucessivamente, por meio de um movimento ininterrupto. A multiplicidade das unidades pode ser disposta segundo uma ordem tal que a dificuldade do conhecimento da medida acabe por depender somente da ordem (FOUCAULT, 2002, p. 74).

O projeto clássico de uma ciência geral da ordem, a teoria dos signos para analisar a representação, e a disposição em quadros ordenados das identidades e diferenças formam, na época clássica, um novo espaço de empiricidades, um novo espaço de saber. Para analisar naturezas simples, o saber se volta para a *mathesis*, cujo método universal é a álgebra. Para analisar naturezas complexas (as representações em geral, tal como se dão na experiência), é preciso constituir uma taxinomia e, para fazê-lo, instaurar um sistema de signos. Estes são para a ordem das naturezas compostas o que a álgebra é para as naturezas

simples. Mas, na medida em que as representações empíricas devem poder ser analisadas como simples, a taxinomia começa a se relacionar, inteiramente, afirma Foucault, à *mathesis*. Em troca, como a percepção das evidências é apenas um caso particular da representação em geral, podemos dizer que a *mathesis* é apenas um caso particular da taxinomia.

Quanto à história natural, é importante ressaltar que, no capítulo “Classificar” de *As Palavras e as coisas*, não apenas temos uma prevalência da taxinomia, sobretudo quando se trata de analisar as empiricidades, mas também que os documentos da história natural são (FOUCAULT, 2002, p. 179), espaços claros onde as coisas se justapõem num quadro; não são, em outras palavras, textos ou arquivos, formando um quadro classificatório, mas:

herbários, coleções, jardins; o lugar dessa história é um retângulo intemporal, onde, despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns e, com isso, já virtualmente analisados e portadores apenas de seu nome. (FOUCAULT, 2002, p. 179).

A teoria da história natural é tomada como indissociável da teoria da linguagem, apesar de não se tratar de uma transferência de método, nem de uma comunicação de conceitos ou de modelos. Classificar e falar encontram sua origem no mesmo espaço de saber, repousando sobre uma espécie de *a priori* histórico que as autorizam em sua dispersão, em seus projetos singulares e divergentes.

Mas a história natural só pode e só deve existir como língua independente de todas as outras, se ela for língua bem-feita. E universalmente válida [...] Só será uma língua bem-feita se o jogo for fechado: se a exatidão descritiva fizer de toda proposição um recorte constante do real (se se puder sempre atribuir à representação o que aí se articula) e se a designação de cada ser indicar, de pleno direito, o lugar que ele ocupa na disposição geral do conjunto (FOUCAULT, 2002, p. 220).

A controversa noção foucaultiana de *a priori* histórico é a daquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro. O *a priori* histórico que fundou, no século XVIII, as pesquisas ou os debates sobre a existência dos gêneros, a estabilidade das espécies, a transmissão dos caracteres através das gerações, é a existência de uma história natural, que organiza um determinado visível como domínio de saber, define variáveis da descrição, constitui um espaço de vizações onde todo indivíduo, qualquer que seja, pode vir a ser localizado. Pois, a história natural:

recobre uma série de operações complexas que introduzem, num conjunto de representações, a possibilidade de uma ordem constante. Constitui como descritível e ordenável ao mesmo tempo todo um domínio de empiricidade. O que a aparenta às teorias da linguagem a distingue do que nós entendemos, desde o século XIX, por biologia [...] (FOUCAULT, 2002, p. 219).

Esta configuração muda inteiramente no início do século XIX, quando a *episteme* da representação deixa de ser considerada como o espaço privilegiado do saber, marcando uma descontinuidade entre a *episteme* clássica e a moderna. A representação deixa de ser o meio mais transparente e único suporte para o conhecimento e a teoria da representação deixa de ser, como na época clássica, o fundamento geral do saber, orientado, na modernidade, pela busca de uma inteligibilidade dos próprios seres, que passam a ser considerados como tendo uma existência independente, concreta e empírica. Uma historicidade profunda penetra no interior das coisas, isolando-as, definindo-as em sua própria coerência e instaurando o nível das ciências empíricas.

No final do século XVIII, afirma Foucault ao analisar a ruptura entre a *episteme* clássica e a da modernidade (FOUCAULT, 2002, p. 345), o espaço do saber ocidental encontra-se prestes a balançar: a taxinomia, cuja grande camada universal se estendia numa correlação com a possibilidade de uma *mathesis*, vai ser ordenada segundo

uma profundidade obscura da origem, da causalidade e da história. Na modernidade:

Quanto mais se quiser atingir grupos extensos, mais é preciso entranhar-se na obscuridade do organismo, em direção ao pouco visível, nessa dimensão que escapa ao percebido; quanto mais se quiser cingir a individualidade, mais necessário é ascender à superfície e deixar cintilar, em sua visibilidade, as formas que a luz toca; pois, a multiplicidade se vê e a unidade se esconde. Em suma, as espécies vivas “escapam” ao pulular dos indivíduos e das espécies, só podendo ser classificadas porque vivem a partir do que ocultam (FOUCAULT, 2002, p. 369).

Foucault avalia a imensa reviravolta que se opera em relação à taxinomia clássica, cuja descrição se faz a partir de variáveis como formas, número, disposição, grandeza, percorridas, num só movimento, pela linguagem e pelo olhar de superfície. A partir de Cuvier, a vida com suas funções orgânicas, seu elemento não perceptível, funda a possibilidade exterior de uma classificação proveniente da profundidade da vida. “O ser vivo era uma localidade da classificação natural; o fato de ser classificável é agora uma propriedade do ser vivo. Assim desaparece o projeto de uma taxinomia geral” (FOUCAULT, 2002, p. 369). O duplo poder, atribuído à representação, de fundar o conhecimento a partir do significado situado no interior da representação do signo e, ao mesmo tempo, representar a ideia que ela representa é, assim, desqualificado.

Na *episteme* clássica, a formação de vastas unidades taxinômicas (classes e ordens) é uma questão de recorte linguístico, pois é necessário, então, encontrar um nome geral e fundado; na *episteme* moderna, ela diz respeito a uma desarticulação anatômica, pois, é necessário isolar o sistema funcional principal, estabelecendo relações entre elementos superficiais visíveis e dispersos, encobertos na profundidade do corpo. Por oposição ao olhar que percorre organismos íntegros — a anatomia que recorta concretamente os corpos — faz surgir as grandes semelhanças que teriam permanecido invisíveis, porque recompõe as unidades subjacentes às grandes dispersões visíveis (FOUCAULT, 2002, p. 371). Do ponto de vista da arqueologia, a passagem da noção

de taxinomia de representações para uma noção sintética da vida constitui uma condição de possibilidade de uma biologia como nova ciência empírica

Na *episteme* moderna, com Kant, levanta-se a crítica à própria noção de representação. O saber formado pelo espaço unitário da *episteme* clássica é repartido em dois níveis distintos, o empírico, dos objetos, que não são apenas representações mas têm existência própria, em que se situam as ciências empíricas modernas, a biologia, a economia política e a filologia, e o nível transcendental, do sujeito, instaurado com a questão kantiana das condições de possibilidade de toda representação. Daí a abertura para uma filosofia transcendental, centrada num sujeito que é condição de possibilidade de uma síntese possível entre as representações. A retirada da representação e o desnivelamento do solo epistemológico marcam o limite do pensamento clássico e o limiar da modernidade.

Foucault mostra, em *As Palavras e as coisas*, que, ao repetir a identidade e a diferença entre o empírico e o transcendental, o discurso antropológico do pensamento moderno emerge como uma analítica da finitude imposta, por um lado, do exterior, pela determinação da vida, do trabalho e da linguagem e de sua historicidade; por outro lado, do interior, porque atinge a própria consciência do homem. O problema é que esta repetição dos conteúdos empíricos no nível transcendental confere à filosofia moderna o caráter de uma analítica, de um pensamento do Mesmo, marcado por uma ambiguidade, pois, nesta reduplicação, aquilo que é dado na experiência e aquilo que a torna possível se correspondem numa oscilação infinita.

Biopoder e biopolítica

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, referindo-se a sexualidade e a poder, Foucault enfatiza que, a partir do século XVIII, é preciso falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas como algo a ser gerido, inserido em sistemas de utilidade e regulado para o bem de todos através de discursos

analíticos como os da contabilidade, da classificação, da demografia, das estatísticas, por meio de pesquisas quantitativas ou causais.

Foucault considera que uma das grandes novidades nas técnicas de poder, então, foi o surgimento da população como problema econômico e político, na medida em que os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, mas com a população, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias como natalidade, morbidade, estado de saúde, etc., todas elas situadas num ponto de interseção entre os movimentos próprios da vida e os efeitos particulares das instituições (FOUCAULT, 2001, p. 28). A tecnologia do sexo se dirige para o organismo e se ordena, basicamente, em torno do problema da vida, da doença, da instituição médica e da exigência de normalização.

A concepção de poder apresentada neste livro é conduzida até a questão do biopoder e da biopolítica. A ideia de poder como correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e se organizam, através do jogo de lutas e de afrontamentos, de seus apoios recíprocos, essa ideia advém da busca foucaultiana da condição de possibilidade do poder em termos de suporte móvel das correlações de forças, que devido às suas desigualdades, induzem continuamente estados localizáveis e instáveis de poder (FOUCAULT, 2001, p. 89). É esta que permite a inteligibilidade do exercício do poder em seus efeitos mais periféricos, analisados por Foucault, independentemente da busca da existência primeira de um ponto central numa unidade global de dominação. Em *História da sexualidade I*, as disciplinas do corpo e as regulações da população são tomadas como constitutivas destes dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida e de sua gestão calculista.

A partir da época clássica, segundo Foucault, o Ocidente operou uma transformação profunda em seus mecanismos de poder; passando a organização das forças e de suas funções de reforço, de controle, de majoração a se ligar a “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 128), segundo o princípio de garantir, reforçar, ordenar e multiplicar a vida dos indivíduos e das populações.

É assim que se inicia aquilo que ele denomina “era de um biopoder” (FOUCAULT, 2001, p. 89).

O poder sobre a vida se desenvolveu, primeiramente, a partir do século XVII, dirigido ao corpo por meio de procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas, chamadas por Foucault de anatomo-política do corpo humano. Em seguida, a partir da metade do século XVIII, centrado no corpo-espécie, considerado suporte dos processos biológicos, como a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde bem como as condições de suas variações: “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (FOUCAULT, 2001, p. 131).

O homem aprende, explica Foucault, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva, num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidades de vida, de saúde individual e coletiva, forças que podem se modificar e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Assim o biológico reflete-se no político:

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato que não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempo em tempos, no caso da morte e de sua fatalidade, cai, em parte, no campo do controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 2001, p. 134).

O biopoder é um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo. Foucault se refere à sua constituição, a partir da ideia de anatomo-política e biopolítica, ao observar alguns de seus aspectos como técnicas de poder:

rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos [...] operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social [...] (FOUCAULT, 2001, p. 132-133).

Para Foucault, o que aconteceu no século XVIII, em alguns países ocidentais, foi um fenômeno amplo ligado à entrada da vida na

história, dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder, no campo das técnicas políticas. Este poder sobre a vida desenvolveu-se, concretamente, em duas formas principais e complementares. Primeiramente, numa anatomo-política do corpo, ao estabelecer tecnologias de adestramento do corpo considerado como máquina, conforme mostra em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), publicado em 1975: ampliação de suas aptidões, extorsão de suas forças, crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, integração de controles eficazes e econômicos. A segunda forma de desenvolvimento foi a biopolítica da população. Trata-se de estudar uma grande tecnologia do poder de duas faces, a anatômica e a biológica.

De acordo com o ponto de vista de Foucault, estas duas direções ainda aparecem bem separadas no século XVIII. A partir do século XIX, o poder transforma-se em agenciamentos concretos, o dispositivo da sexualidade é um deles, que formarão a grande tecnologia de poder no século XX. O homem aprende, explica Foucault, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva, num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidades de vida, de saúde individual e coletiva, forças que podem se modificar, bem como um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo.

Em *História da sexualidade I*, a questão do biopoder alinha-se com a análise da constituição do dispositivo da sexualidade e dos tipos de poder político, que através dele se exercem, por meio dos quais se forma o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante.

Toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes no corpo, nas condutas, na saúde, na vida cotidiana, se justificaram em função da preocupação mítica de proteger a raça (FOUCAULT, 2001, p. 140).

Neste sentido, mais tarde, em *Segurança, território e população*, curso proferido em 1977 (FOUCAULT, 2008, p. 3), Foucault esclarece que, com a noção de biopoder, a ideia de fato biológico na concepção de ser humano é retomada. O biopoder se define, então, como uma série de fenômenos humanos, como o conjunto de mecanismos por meio dos quais aquilo que constitui, na espécie humana, suas características

biológicas fundamentais, pode entrar numa estratégia geral do poder, a partir da qual as sociedades ocidentais modernas, passam a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Em 1978, no anuário do Collège de France, publicado em *Dits et écrits III* (FOUCAULT, 1994, p. 818), a noção de biopolítica é estendida à maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas colocados como um desafio à prática governamental pelos fenômenos próprios à população como saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças os quais surgiram, no quadro político do liberalismo. Isto torna mais claro que, no quadro da genealogia foucaultiana das formas de relações de poder — que é o de uma análise do poder — as ciências biológicas constituídas a partir do século XVIII são articuladas com outros campos de saber e de práticas. Esta articulação caracteriza as análises genealógicas como um estudo das relações de forças cuja incidência só é possível no contexto de uma resposta política ao aparecimento, no início do século XIX, de um novo objeto: a vida do homem como espécie.

Foucault chega à relação do biológico com o político a partir das seguintes hipóteses, com as quais trabalha na genealogia do poder: a) antes de mais nada, existe uma relação entre saber e poder; b) as ciências do homem podem ser consideradas um prolongamento das ciências da vida porque se fundam biologicamente; d) os conceitos biológicos não são pensados apenas por meio da estrutura interna do ser vivo, mas se articulam com dispositivos de poder, diretamente ligados a processos fisiológicos; e) o nível biológico e o histórico se ligam, de acordo com uma complexidade crescente, à medida que são desenvolvidas tecnologias modernas de poder, as quais tomam por alvo a vida.

Considerações finais

Esta excessivamente breve apresentação de noções elaboradas por Foucault em *As Palavras e as coisas* e *História da sexualidade I: a vontade de saber* nos permite confirmar nossa hipótese de que a obra de

Foucault conduz necessariamente a um aprofundamento da controversa questão histórica da classificação em saúde mental, na medida em que sua história do pensamento fornece um instrumental conceitual e metodológico original para as análises críticas nesse campo, por meio de suas pesquisas sobre as experiências da loucura, da criminalidade e da sexualidade e de seus conceitos de classificação e de biopoder e biopolítica.

Referências

- DI VITTORIO, P. La psychiatrie et la santé mentale à l'épreuve du DSM. Fantômes de pureté, réalités hybrides. *Déviance et société*. v. 38, n. 1, pp. 103-121, 2014.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas*. Trad. Salma Thanus Muchail. 8 ed, 3 tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. *O Governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Trad. Eduardo Brandão. 14 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCES, A. *It's not too late do save the normal*. Los Angeles Times, 1st Mars, 2010.

PORTOCARRERO, V. *Arquivos da loucura*. Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

Recebido: 20/09/2016

Received: 09/20/2016

Aprovado: 30/10/2016

Approved: 10/30/2016